

Educação a distância cresce, mas sem a qualidade necessária

Talita Mochiute

“A educação a distância (EAD) avançou muito no Brasil, mas de forma desordenada. Estamos muito distantes de trabalhar com a qualidade necessária e com avaliações adequadas”, analisou o professor aposentado pela Universidade de São Paulo (USP), José Manuel Moran, no Seminário “Ensino a distância e Banco de Dados no Ensino Superior”. O evento foi realizado em São Paulo (SP) na última semana pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

De acordo com os dados do Ministério da Educação (MEC), o número de alunos matriculados em cursos superiores a distância cresceu 106% entre 2007 e 2008. O dado representou o aumento da participação da EAD no Ensino Superior brasileiro – antes era de 4,2%; em 2008, passou para 7,5%. No ano passado, havia 761.099 matrículas nessa modalidade distribuídas entre 109 instituições de ensino públicas e privadas.

“Avançamos, mas com defeitos. Temos de mudar o modelo de gestão e fazer com que a iniciativa privada atenda seus alunos de forma séria”, disse Moran.

Segundo o professor, as instituições particulares, ao planejarem a expansão para a EAD, priorizam as metas quantitativas. “Os aspectos pedagógicos são engolidos pela visão econômica”, ressaltou Moran, que já realizou consultorias para redes de ensino privada e é pesquisador da área de tecnologia educacional.

O professor também acompanha iniciativas públicas. “Eu sou a favor da Universidade Pública a Distância, mas o modelo de gestão implantado no Brasil é absolutamente caótico”.

Tendo como objetivo a expansão da educação pública, o MEC criou em 2005 a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – sistema que busca articular as instituições já existentes para estimular a ampliação da oferta de ensino superior, priorizando a formação de professores para Educação Básica.

“Não há uma cultura de integração entre as universidades. É o curso da USP, o da Unesp. Não conseguimos ter uma proposta conjunta. Se esse modelo permanecer, vamos pagar um preço terrível no futuro”, alertou Moran.

Moran criticou ainda algumas regras do MEC para o Ensino Superior a Distância. O professor considera um contrassenso um modelo de educação a distância ancorado na territorialidade. “É preciso fazer a ponte entre Federal e Estadual, olhando mais para o macro”.

O professor da USP lembrou ainda que legislação brasileira exige que no mínimo 20% do total de horas-aula dos cursos credenciados pelo MEC seja presencial. “Não temos EAD no Brasil, mas semipresencial. Na graduação, se não tiver o polo local, o projeto não passa pelo MEC”.

Moran apontou outro desafio para que aumente a qualidade dessa modalidade de ensino: a formação de profissionais para trabalhar com EAD. “Como vamos criar equipes que possam gerenciar tanto o presencial quanto a EAD?”, questionou.

Para o professor da Universidade de Educação a Distância (UNED), da Espanha, Santiago Castillo Arredondo, é importante ter professores dedicados apenas a EAD. Já Moran defende uma maior integração entre os profissionais das duas modalidades. Também considera importante haver um currículo comum para os cursos a distância e presencial. “A Universidade é uma só e deve ter políticas integradas”, argumentou o docente brasileiro.

Modelo de Avaliação Internacional

O seminário contou ainda com a presença do professor da Universidade Aberta de Portugal, Domingo Caiero. Ele apresentou a experiência portuguesa na avaliação de EAD.

Fundada em 1988, a Universidade Aberta oferece 15 licenciaturas e está desenvolvendo uma proposta de indicadores para avaliar a EAD em Portugal. Segundo Caiero, a Agência de Avaliação e Creditação de Ensino Superior criou indicadores para a modalidade presencial, mas são insuficientes para avaliar a qualidade da EAD.

“Até novembro, teremos os indicadores para o ensino a distância em Portugal. A proposta é enviar à Agência para que ocorra uma integração entre os modelos de avaliação”, explicou Caiero.

MOCHIUTE, Talita. Educação a distância cresce, mas sem a qualidade necessária. **Aprendiz**. São Paulo, out. 2009. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br>>. Acesso em 29 out. 2009.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais